ATA Nº 5

Aos vinte e seis dias de junho de dois mil e vinte e seis, reuniu-se pelas 18h30, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, situada na Rua do Campo Alegre, nº 244.

Membros Eleitos da Assembleia de Freguesia presentes na Sessão:

Francisco José Fonseca Lima A. Tártaro (PPD/PSD); Luís Filipe da Silva Pereira (CDS); Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PPD/PSD); José Filipe Gonçalves Maia (PPD/PSD); Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PPD/PSD); Miguel Nuno Costa Henriques Bigotte Chorão (PPD/PSD); Ana Cristina Lacerda Almas (PPD/PSD); Nuno Miguel E. Silva Pinto (PPD/PSD); Joana Filipa da Silva e Sousa (IL); Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira (PS); Filipe Alexandre Matos Amaral Antunes (PS); Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS); Octávio José Bento Gonçalves (PS); José António da Silva Barradas (PS); Frederico de Gusmão Calheiros Nunes da Silva (CHEGA); António José Afonso Valverde (L); Olga Fernanda Cardinal Cardoso (CDU); Rui Miguel Pereira Prata Carrapa (FA). Carla Sofia da Silva Soares Maia (PS), faltou e não se fez substituir.

Verificando-se a existência de quórum com 16 membros, o Presidente da Assembleia de Freguesia em exercício, declarou aberta a Sessão, ficando constituída a mesa da Assembleia com os membros: Presidente - Francisco José Fonseca Lima A. Tártaro (PPD/PSD); 1º Secretário - Luís Filipe da Silva Pereira (CDS); 2ª Secretário - José António da Silva Barradas (PS).

Presenças Associativas:
Clube Fluvial Portuense

- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO –
art.º 27.º do Regimento

Jacinta Veloso manifestou a sua preocupação com o aumento do tráfico e consumo de droga na zona da Pasteleira e no eixo entre Diogo Botelho e o Botânico, referindo os problemas que esta situação tem causado aos moradores, nomeadamente situações de agressividade, peditórios insistentes, tentativas de retirar bens às pessoas e entradas em garagens, habitações e estabelecimentos, muitas das quais, segundo afirmou, nem chegam a ser comunicadas às autoridades. Considerou que o problema da Pasteleira se mantém há vários anos sem uma resposta eficaz e mostrou-se especialmente preocupada com a deslocalização da sala de consumo para a zona do Aleixo, entendendo que poderá agravar o tráfico e o consumo naquela área e contribuir para a degradação da segurança e da qualidade de vida dos moradores. Criticou ainda o facto de a decisão ter sido tomada, segundo referiu, sem consulta à Junta de Freguesia e aos fregueses, defendendo que o processo deveria ser parado e discutido com a população. Questionou também a falta de uma posição mais firme da Junta de Freguesia perante esta decisão. Manifestou igualmente preocupação com a instalação de um albergue na mesma zona, considerando que a concentração destas respostas poderá trazer ainda mais

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

problemas para os moradores. Esclareceu, contudo, que não põe em causa a necessidade de apoiar e reinserir as pessoas com problemas de toxicodependência, mas entende que devem ser encontradas soluções que tenham também em conta os moradores da freguesia. Por fim, referiu a existência, no passado, de um espaço junto à Galp onde estas situações se encontravam mais concentradas e considerou que o edifício público previsto para o albergue poderia ter uma utilização de maior interesse para a população da freguesia, nomeadamente para pessoas mais desfavorecidas e para a população idosa.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, referiu que o tema da deslocalização da sala de consumo tem vindo a ser acompanhado pela Junta em articulação com as Associações de Moradores, mantendo-se um contacto regular e um trabalho conjunto. Recordou que o assunto já tinha sido debatido na Assembleia de Freguesia, na sessão de abril. Sobre as preocupações relativas ao tráfico, consumo de droga, sem-abrigo, limpeza e insegurança, informou que a Junta sinaliza às entidades competentes todas as situações que lhe são comunicadas, reconhecendo, contudo, que se trata de um problema complexo e de difícil resolução. Esclareceu que a Junta não tem competências em matéria de segurança, mas que encaminha as situações reportadas para as autoridades. Informou ainda que, numa reunião realizada com o Presidente da Câmara, solicitou a rápida reativação da esquadra existente junto ao Centro Comercial do Campo Alegre, considerando importante reforçar a presença e a capacidade de resposta das autoridades naquela zona. Quanto à instalação da sala de consumo, esclareceu que a Junta foi consultada pela Câmara Municipal sobre a eventual existência de instalações ou terrenos para esse efeito, não dispondo, contudo, de espaços com essas condições. Relativamente à possibilidade de revogação da decisão, explicou que essa não é uma competência da Junta, uma vez que a decisão cabe ao Executivo Municipal e estava prevista no respetivo programa eleitoral. Defendeu, contudo, a importância de existir esta resposta na freguesia, tendo em conta o consumo de droga atualmente existente na via pública, considerando que uma sala com melhores condições poderá permitir uma resposta mais adequada, quer para os utilizadores, quer para os profissionais. Relativamente ao centro de pernoita, referiu que a Junta recebe diariamente queixas relacionadas com a presença de pessoas em situação de sem-abrigo e deu como exemplo a sucessiva instalação de tendas em diferentes pontos da freguesia, apesar da intervenção das entidades competentes. Explicou que o centro de pernoita pretende ser uma primeira resposta para encaminhar estas pessoas para o sistema de apoio e retirá-las do espaço público, considerando que a existência de um teto é essencial para esse processo. Informou, por fim, que a Junta irá acompanhar a implementação do centro de pernoita, solicitar mais informações e reunir com entidades como a Polícia Municipal e a Porto Ambiente. Comprometeu-se a partilhar posteriormente essas informações e afirmou que a Junta está consciente das preocupações dos moradores e tudo fará para minimizar os impactos e riscos associados.

Entrou na sala Albina Pacheco, Membro do Partido Socialista.

– PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA –

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER

art.º 28.º do Regimento

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE VOTOS, DE MOÇÕES OU DE RECOMENDAÇÕES

O Presidente da Assembleia de Freguesia em exercício, Francisco Tártaro, propôs ao plenário que, apesar de as primeiras propostas recebidas serem da bancada Fazer à Porto, estas fossem apresentadas posteriormente, uma vez que o respetivo membro se encontrava atrasado. Todos os presentes concordaram.

António Valverde, L, apresentou três propostas, algumas já apresentadas anteriormente, com o objetivo de aproveitar e reforçar os recursos já existentes na União de Freguesias. Relativamente ao Parque da Pasteleira, propôs a criação de um parque canino, considerando a elevada população canina existente e a necessidade de melhorar a salubridade dos espaços públicos. Defendeu também a expansão das hortas comunitárias e quintas cidadãs, em articulação com a Câmara Municipal e a Lipor, procurando responder à procura existente e reforçar a sua utilização enquanto espaços de educação ambiental, combate às ondas de calor e promoção da coesão social. Propôs ainda a reativação e melhoria das infraestruturas existentes no Parque da Pasteleira, nomeadamente instalações sanitárias, pontos de água, limpeza e policiamento de proximidade, de forma a valorizar o parque enquanto espaço público de referência, seguro e partilhado, sublinhando a responsabilidade cívica de todos na utilização do espaço. Por fim, recordou que, na sequência do debate da anterior Assembleia de Freguesia, e perante as reservas manifestadas pelo PSD e pelo PS quanto à concretização dos projetos ainda em 2026, os prazos deverão ser reajustados e alargados, devendo as propostas ser consideradas no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal. Concluiu reafirmando os objetivos das propostas, mas defendendo um calendário mais realista e exequível para a sua concretização.

Entrou na sala Rui Carrapa, Membro do Fazer à Porto.

Frederico Nunes da Silva, CH, relativamente à deslocalização da sala de consumo vigiado para o Aleixo, manifestou a oposição do CHEGA ao modelo municipal, que considerou falhado, por entender que legitima o consumo de estupefacientes em detrimento do reforço do policiamento e dos programas de reabilitação. Considerou que, apesar dos fundamentos apresentados pela Câmara Municipal, nomeadamente a falta de espaço e a proximidade a escolas, a deslocalização terá uma motivação turístico-estética, visando afastar o impacto visual da atual localização, em detrimento da segurança dos moradores. Criticou a ausência de auscultação prévia da Assembleia Municipal, Junta de Freguesia, Associações de Moradores e população afetada e manifestou preocupação com a distância de cerca de 1.100 a 1.200 metros entre a Pasteleira e o Aleixo, considerando que poderá potenciar o consumo na via pública, a degradação e a criminalidade ao longo do percurso. Considerou, ainda, que o investimento público de 600.000,00 € constitui um desperdício de dinheiros públicos, por não contribuir para o combate ao tráfico e à degradação. Defendeu a suspensão dos procedimentos administrativos, concursos e obras relativos à deslocalização, a validação das exigências da petição pública PT130620, a

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

elaboração urgente de um Impacto Multidisciplinar Independente, o reforço do policiamento de proximidade e o envio da posição ao Presidente da Câmara Municipal do Porto e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia Municipal do Porto. Quanto ao Albergue ou Centro de Pernoita previsto para a antiga Escola EB1 de Lordelo, com 120 camas e sob gestão da Domus Social, defendeu a suspensão do projeto, manifestando preocupação com a instalação de uma estrutura de grande dimensão numa zona que considera já vulnerável, com dinâmicas complexas de segurança e salubridade, e com o possível "efeito de atração" de populações dependentes de outros pontos da cidade e do Distrito. Referiu o sentimento de insegurança associado a pequena criminalidade, vandalismo, insalubridade, tráfico e consumo de estupefacientes na via pública, sublinhando que as respostas sociais municipais não podem comprometer os direitos fundamentais à segurança, tranquilidade e saúde pública. Propôs que a Assembleia de Freguesia instasse a Câmara Municipal do Porto a paralisar qualquer intervenção relativa ao futuro Albergue até à avaliação dos impactos socioeconómicos, de segurança e de saúde pública; promovesse uma auscultação prévia da Junta de Freguesia, membros eleitos da Assembleia de Freguesia, Associações de Moradores e cidadãos residentes; exigisse à Câmara Municipal do Porto, ao Executivo da Junta de Freguesia e à Domus Social total transparência na apresentação pública do projeto; e remetesse a deliberação ao Presidente da Câmara Municipal do Porto e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia Municipal do Porto.

Olga Cardoso, CDU, relativamente à proposta de Recomendação para a conclusão das obras de reabilitação do Bairro do Bom Sucesso, referiu que, apesar das intervenções, continuam por resolver vários problemas que afetam os moradores, designadamente problemas na instalação de portas e janelas, acabamentos por concluir, pavimentos inacabados nas escadas e corredores, contadores de eletricidade e água por instalar e, em alguns blocos, falta de portas de entrada, comprometendo a segurança dos edifícios. Referiu também o descontentamento dos residentes com a substituição das antigas marquises por grades nas varandas. Defendeu que a Junta de Freguesia intervenha junto da Câmara Municipal do Porto e das entidades responsáveis para garantir a conclusão das obras, a correção das deficiências, a instalação dos equipamentos em falta, a melhoria da segurança dos edifícios, informação aos moradores sobre os prazos previstos e o diálogo com a população. Quanto à proposta de reabertura do Caminho de Sobreiras, recordou que o caminho está fechado desde novembro de 2020 e que o assunto tem sido várias vezes debatido nesta Assembleia de Freguesia. Referiu que o PSD assumiu, no anterior mandato, a reabertura como promessa eleitoral e que, em junho de 2025, o Superintendente Leitão Silva informou um morador de que a reabertura ocorreria até ao final do mandato. Defendeu que o novo Executivo se empenhe na reabertura do caminho, salientando que, para além de uma simples passagem, se trata de uma ligação histórica que sempre fez parte da comunidade, considerando ser tempo de pôr termo a uma situação que se prolonga sem justificação.

Rui Carrapa, FA, referiu que as propostas apresentadas têm, em grosso modo, a mesma preocupação das da bancada do CHEGA, nomeadamente quanto à deslocalização da sala de

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER

consumo assistido para o Aleixo, defendendo a suspensão do processo, uma vez que considera ser possível aumentar a área do equipamento no atual local. Considerou que a localização no Aleixo é uma má decisão, face à situação já problemática daquela zona, defendendo que o investimento de 600.000,00 € seja realizado no atual espaço ou noutro local. Quanto ao Albergue, afirmou ser favorável a equipamentos de proteção social, mas criticou a forma como o processo tem sido conduzido, sem transparência e sem consulta da Assembleia de Freguesia e da Associação de Moradores, alertando para o impacto de 120 pessoas a deambularem durante o dia naquela zona habitacional. Por fim, criticou a degradação da limpeza do espaço público, particularmente afetada pelos lixos deixados por toxicodependentes e sem-abrigo, considerando insuficiente o investimento nesta área e referindo não existir, nas conversas mantidas com a Junta e o Porto Ambiente, um plano claro de intervenção.

Teresa Osswald, PSD, relativamente às propostas apresentadas, começou por referir que a questão da deslocalização da sala de consumo assistido já tinha sido amplamente debatida na sessão anterior, contestando as críticas apresentadas e salientando que houve auscultação de entidades e associações, realização de estudos, sessões públicas e contactos com os responsáveis e técnicos das salas de consumo assistido. Lamentou ainda que as propostas não fizessem referência à segurança dos trabalhadores. Quanto à proposta relativa ao Albergue, manifestou surpresa face à posição apresentada pelo deputado Rui Carrapa, considerando existir uma alteração face ao que constava do respetivo programa eleitoral, e informou que o sentido de voto seria contra. Relativamente às propostas do Livre sobre o Parque da Pasteleira e as hortas comunitárias, afirmou que a coligação PSD-CDS mantém a concordância com os respetivos objetivos, mas salientou que estas medidas não integram o Plano de Atividades do Executivo para 2026. Acrescentou que a Junta de Freguesia não dispõe de terrenos próprios para hortas comunitárias nem tem poder sobre terrenos de proprietários privados, podendo apenas dinamizar ou facilitar iniciativas. Quanto ao Parque da Pasteleira, defendeu que a sua revitalização deve ser pensada de forma global pelo atual Executivo e criticou a proposta de criação de uma comissão ad hoc até 31 de julho, considerando o prazo estabelecido pouco exequível. Indicou que o sentido de voto seria contra. Sobre as moções do CH, contestou a associação da deslocalização da sala de consumo assistido ao turismo, referindo que, conforme é mencionado na própria petição pública contra a transferência da sala de consumo assistido para o Aleixo, este é igualmente um espaço de grande circulação diária, frequentado por residentes, trabalhadores, visitantes e turistas, considerando, por isso, incoerente justificar a deslocalização com a necessidade de não prejudicar o turismo. Por fim, defendeu que as propostas dos partidos da oposição relativas à alteração de decisões do Executivo devem ser apresentadas de forma concreta e detalhada, identificando o que pretendem alterar, como e quando, nomeadamente se pretendem a sua concretização ainda no atual mandato.

Paula Roseira, PS, informou que se iria pronunciar relativamente às propostas da bancada FA. No que toca à deslocalização da sala de consumo assistido, esclareceu que a posição não representa uma oposição ao modelo, que considera um instrumento de saúde pública, mas à forma como o processo de deslocalização foi conduzido, defendendo maior transparência, participação e fundamentação, bem como a auscultação das entidades competentes em matéria de saúde pública. Quanto ao Albergue, reconheceu a importância das respostas sociais para as pessoas em situação de sem-abrigo, mas considerou que a antiga Escola Básica de Lordelo do Ouro não é o local adequado, por estar destinada à instalação do novo Centro de Saúde de Lordelo do Ouro. Referiu que o concurso público lançado para a reconversão do edifício em

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

equipamento de saúde ficou deserto, defendendo que o procedimento deve ser revisto e relançado. Solicitou ao Município que encontre uma localização alternativa para o Albergue, permitindo a concretização do centro de saúde naquele local. Relativamente à limpeza de arruamentos, passeios e zonas ajardinadas, defendeu o reforço dos recursos humanos do Porto Ambiente para assegurar a manutenção e limpeza do espaço público. Salientou que a degradação do espaço público resulta de múltiplos fatores e não deve ser atribuída de forma simplista a um único grupo de pessoas, defendendo a existência simultânea de respostas sociais e de saúde para pessoas em situação de sem-abrigo ou com problemas de dependência e de espaços públicos limpos, seguros e bem cuidados. Por fim, informou que entregaria uma declaração de voto relativa ao centro de pernoita.

Albina Pacheco, PS, relativamente às propostas do Livre, considerou que a definição de uma solução concreta para um parque canino no Parque da Pasteleira deve aguardar uma estratégia global de requalificação daquele espaço, cuja gestão e planeamento competem à Câmara Municipal do Porto, não devendo a Junta assumir competências que não lhe pertencem. Quanto às hortas comunitárias, informou que o PS votaria favoravelmente, desde que o prazo proposto fosse alterado de 31 de julho para 31 de dezembro de 2026, destacando o seu contributo para a sustentabilidade ambiental e para a participação da comunidade. Defendeu a articulação destas iniciativas com a CMP e a LIPOR, respeitando as competências de cada entidade. Relativamente à proposta de requalificação do Parque da Pasteleira, informou que o PS votaria favoravelmente, defendendo uma intervenção integrada e salientando a responsabilidade da CMP na gestão, investimento e requalificação do parque. Sublinhou que à Junta compete representar os interesses dos fregueses e sensibilizar o Município para a concretização da intervenção, manifestando a expectativa de que a revitalização do Parque da Pasteleira seja assumida como uma prioridade pela CMP.

Filipe Antunes, PS, relativamente à proposta n.º 6, do CH, referente ao Centro de Pernoita, informou que o PS votaria contra, por não acompanhar uma proposta assente numa narrativa de medo e que procura estabelecer uma relação direta entre um equipamento social e um aumento da criminalidade, insegurança ou degradação da freguesia, sem demonstração objetiva desses factos. Sublinhou que as pessoas em situação de sem-abrigo são cidadãos em situação de enorme vulnerabilidade e não podem ser transformadas no problema, considerando que a questão está na forma como as políticas públicas são planeadas e executadas. Defendeu que qualquer projeto desta dimensão deve ser apresentado à população, acompanhado de informação clara, estudos de impacto e diálogo institucional, considerando esta uma exigência de boa governação. Rejeitou ainda que o debate político seja conduzido através da exploração do receio das populações, salientando que a segurança é um direito dos moradores e deve ser garantida pelo Estado, sem servir para criar estigmas sobre quem mais precisa de apoio. Concluiu que a recomendação procura responder a uma questão complexa através da simplificação, da generalização e da criação de um clima de alarme social. Relativamente à proposta n.º 8 do CH, informou que o PS votaria contra, referindo que as preocupações dos moradores já tinham sido amplamente debatidas na proposta anterior. Considerou que a recomendação vai além do pedido de diálogo, transparência ou avaliação de impactos, partindo de uma rejeição das políticas de redução de riscos e associando a existência de uma Sala de

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER

Consumo Vigiado ao aumento da criminalidade, do tráfico e da degradação urbana, leitura que o PS não acompanha. Defendeu que este combate deverá ser feito através das forças de segurança e da justiça, não devendo ser confundido com a rejeição de respostas de saúde pública dirigidas a pessoas com dependências. Considerou ainda que a suspensão do processo com base em conclusões não objetivamente demonstradas simplifica uma questão complexa e a transforma numa discussão ideológica. Sem prejuízo das preocupações anteriormente expressas quanto ao impacto da decisão na freguesia, reiterou o voto contra do PS.

António Valverde, L., referiu que, embora a execução das propostas da sua bancada sejam da responsabilidade da CMP, a Junta de Freguesia será sempre o veículo escolhido de comunicação, relembrando a sua disponibilidade desde sempre para colaborar nesse sentido. Recordou os esclarecimentos já prestados no âmbito da aprovação do orçamento para 2026 sobre a verba prevista para a "Requalificação e Dinamização do Parque da Pasteleira" e defendeu que o mais importante é avançar com as intervenções, considerando necessário um estudo para definir as melhorias a realizar no parque. Destacou também a importância da Bolsa e do Regulamento do Voluntariado, que poderão contribuir para a resolução de problemas da União de Freguesias. Propôs a alteração do prazo da comissão ad hoc de 31 de julho para 31 de dezembro e a substituição da referência a "terrenos ou espaços públicos e privados" por "espaços disponíveis". Sobre as propostas do CH, afirmou não concordar com a ideia de que o Centro de Pernoita seja, por si só, uma fonte de insegurança, defendendo a sua importância social. Quanto à sala de consumo vigiado, apesar de não se rever no teor apresentado, há nele um ponto relevante: a necessidade um estudo de impacto multidisciplinar. Anunciou o voto contra. Relativamente às propostas da FA, questionou a existência de estudos que sustentem a alteração da localização da sala de consumo assistido. Defendeu que qualquer decisão deve ser fundamentada e propôs a retirada do termo "suspensão" relativamente ao Centro de Pernoita, bem como a inclusão de um estudo de relevância durante a fase de reabilitação. Adicionalmente, propôs um estudo de diagnóstico e mapeamento da vulnerabilidade social em toda a União de Freguesias, considerando-o necessário para avaliar uma eventual alteração da localização da sala de consumo assistido. Defendeu a melhoria das atuais condições da sala e informou que uma Associação de Moradores propôs uma visita às instalações. Sublinhou ainda que, apesar da oposição inicialmente manifestada à instalação da primeira sala de consumo assistido, a experiência demonstrou o seu impacto na comunidade, referindo que cerca de 250 pessoas deixaram de realizar consumos diariamente na via pública e junto às portas das habitações. Caso as alterações propostas fossem aceites, manifestou a intenção de votar favoravelmente as propostas da FA.

Rui Carrapa, FA, manifestou a sua insatisfação relativamente à postura da Sra. Deputada Teresa Osswald, realçou o fato de estar a participar ativamente na questão da deslocalização da sala de consumo, participando, inclusive, na manifestação que existiu. Reiterou a intenção de manter as suas propostas tal qual apresentadas, pois a sua prioridade é a suspensão, defendendo a realização de estudos complementares, nomeadamente no âmbito do Centro de Pernoita e da Sala de Consumo Assistido. Questionou a salvaguarda das respostas durante o período diurno no Centro de Pernoita e informou ter ausência de resposta da Sra. Vereadora Gabriela Queiroz sobre esta matéria. Relativamente à Sala de Consumo Assistido, referiu que a decisão da CMP se baseou num parecer técnico do Consórcio que, segundo afirmou, nunca lhes foi apresentado, em que o que defendiam era o aumento da área de serviço e das medidas de segurança. Considerou que esta é uma equação a ter em conta, mas que não pode ser a questão determinante para decidir a localização da sala. Defendeu ainda o alargamento do horário de funcionamento da Sala de Consumo Assistido, considerando que o reforço do serviço poderia aumentar significativamente a oferta e contribuir para a redução do consumo na via pública, que considera estar a aumentar exponencialmente. Informou que votaria favoravelmente as

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

propostas do CH, esclarecendo que tal não implicava concordância com todos os seus conteúdos, mas com as preocupações subjacentes às mesmas. Finalizou reiterando o seu desagrado relativamente a alguns episódios na presente sessão.

Olga Cardoso, CDU, relativamente às propostas da bancada FA, manifesta a intenção de não votar contra, considerando existirem questões reais que não podem ser ignoradas, como a falta de auscultação dos moradores, de consultas e discussões públicas, de pareceres técnicos, bem como de medidas de investigação e de modelos de funcionamento e acompanhamento do impacto na Freguesia. Contudo, sublinha que a CDU não votará favoravelmente as propostas, por considerar que o contexto em que surgem está marcado por uma campanha de medo e discriminação das pessoas com comportamentos aditivos e em situação de sem-abrigo. Relativamente às propostas do CH, informa que a CDU votará contra.

Octávio Gonçalves, PS, relativamente à proposta da CDU sobre o Bairro do Bom Sucesso, informa que o PS votará favoravelmente, por considerar que é responsabilidade da Assembleia de Freguesia dar voz às preocupações dos moradores. Salienta, contudo, que a execução e fiscalização da obra são da responsabilidade da CMP e das entidades competentes, cabendo à Junta acompanhar o processo, representar os interesses da população e exigir a resolução dos problemas identificados. Quanto à recomendação sobre o Caminho de Sobreiras, refere que o PS votará igualmente a favor, defendendo a procura de uma solução para a ligação pedonal com servidão de uso público, desde que garantidas as condições de segurança. Sublinha a importância de a Junta continuar a acompanhar o processo e a manter a Assembleia de Freguesia e a população informadas.

Teresa Osswald, PSD, reconhece a existência dos problemas identificados pela CDU relativamente ao Caminho das Sobreiras e ao Bairro do Bom Sucesso, salientando, contudo, que a intervenção no primeiro caso está condicionada à garantia das necessárias condições de segurança e que, no segundo, o Executivo Municipal está a desenvolver esforços para a resolução de uma situação com vários anos. Manifesta concordância com as preocupações apresentadas. Questiona ainda o deputado Rui Carrapa quanto à alteração da sua posição relativamente à criação de um Albergue e à sua localização nas Condominhas, bem como à posição assumida face ao programa eleitoral. Relativamente à manifestação sobre a localização do Albergue, destaca a presença do Sr. Presidente da Junta, considerando que o PSD esteve devidamente representado.

Luís Pereira, CDS, primeiro secretário em exercício, alerta para a ultrapassagem do tempo destinado ao período antes da ordem do dia, fixado em 45 minutos, largamente ultrapassado.

Frederico Nunes da Silva, CH, informa que a sua bancada votará favoravelmente todas as propostas, com exceção das duas propostas do L, relativamente às quais se absterá. Esclarece que a apresentação de propostas a favor dos moradores não significa uma posição contrária aos consumidores e defende a apresentação de propostas semelhantes às de outras bancadas, sempre que tal se justifique. Em resposta à Sra. Deputada Teresa Osswald, critica a posição do PSD relativamente à auscultação das populações e associações de moradores, considerando que a democracia não se esgota no ato eleitoral. Refere ainda que a insistência em determinadas matérias permitiu obter esclarecimentos construtivos por parte da bancada do PSD. Relativamente à Sala de Consumo Vigiado, considera que a justificação apresentada quanto à falta de espaço não é convincente, não aceitando que não exista um espaço mais próximo que permita a instalação de uma Sala de Consumo Vigiado de maiores dimensões, evitando uma deslocação de cerca de 1.200 metros até ao Aleixo.

António Valverde, L., em defesa da posição do Deputado Rui Carrapa, critica a posição assumida pelo PSD relativamente à intervenção na Pasteleira, referindo que, apesar de ter sido prevista

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

uma verba para o efeito no orçamento, foi posteriormente afirmado que não estaria prevista qualquer intervenção naquela zona. Defende que as bancadas devem assumir a responsabilidade pelas posições que tomam e, quando entendam não ser possível ou não quererem concretizar determinada intervenção, devem assumi-lo perante os fregueses.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, relativamente ao Parque da Pasteleira, informou que está em estudo um programa de revitalização e dinamização do espaço, em articulação com a CMP, tendo em vista uma intervenção estruturada e e que seja garantida a periodicidade das atividades daquele parque. Quanto ao Centro de Saúde, referiu que o procedimento não teve concorrentes e que, desde que tomou posse, tem mantido contactos com a Sra. Vereadora para encontrar uma solução, nomeadamente através da construção de raiz ou da reabilitação de um edifício existente, reconhecendo as dificuldades decorrentes da falta de terrenos disponíveis. É um projeto integrado com três valências, três milhões de euros, mas, se calhar, com outro orçamento, talvez surjam concorrentes interessados. Sobre o Caminho das Sobreiras, informou que o processo continua em curso, estando a ser desenvolvidos esforços para ultrapassar os constrangimentos existentes. Relativamente à sala de consumo, reiterou a posição já assumida pela Junta, e, quanto ao Centro de Pernoita, destacou a importância desta resposta perante a dimensão das situações de sem-abrigo, considerando-a uma questão de dignidade humana. Por fim, relativamente às obras do Bom Sucesso, informou que irá transmitir à Sra. Vereadora as preocupações dos moradores, salientando o próprio interesse da Câmara enquanto proprietária e esperando que o atual empreiteiro consiga cumprir o prazo previsto.

1_Proposta de Recomendação Relocalização da Sala de Consumo Assistido para o Aleixo, apresentada pela bancada Fazer à Porto.

Deliberação: Recusada com 9 votos contra (7 PSD; 1 IL; 1 CDS); 1 abstenção (CDU); e 8 votos a favor (5 PS; 1 CH; 1 FA; 1 L)

2_Proposta de Recomendação Implementação de Albergue na antiga Escola Básica de Lordelo do Ouro, sita na rua das Condominhas, apresentada pela bancada Fazer à Porto.

Deliberação: Recusada com 9 votos contra (7 PSD; 1 CDS; 1 IL), 7 votos a favor (5 PS; 1 CH; 1 FA), e 2 abstenções (1 CDU; 1 L)

3_Proposta Reforço do papel do Parque da Pasteleira como centro de convivência local, através da instalação e um parque canino e da valorização das condições e fruição pública, apresentada pela bancada do Livre.

Deliberação: Recusada com 10 votos contra (7 PSD; 1 PS; 1 IL; 1 CDS), 5 abstenções (4 PS; 1 CH), e 3 votos a favor (1 L; 1 FA; 1 CDU)

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

4_Proposta Quintas cidadãs e expansão de hortas comunitárias na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, apresentada pela bancada do Livre.

Deliberação: Recusada com 9 votos contra (7 PSD; 1 CDS; 1 IL), 2 abstenções (1 CH; 1 PS) e 7 votos a favor (4 PS; 1 L; 1 CDU; 1 FA)

5_Proposta Reforço do papel do Parque da Pasteleira como centro de convivência local, através da reativação das infraestruturas existentes, para o fim que inicialmente foram estudadas, apresentada pela bancada do Livre.

Deliberação: Recusada com 9 votos contra (7 PSD; 1 CDS; 1 IL) e 9 votos a favor (5 PS; 1 L; 1 CH; 1 CDU; 1 FA).

Ressalva: verificou-se um empate na votação, com 9 votos contra e 9 votos a favor. Perante o empate, a moção foi rejeitada pelo voto de qualidade do Presidente da Mesa em exercício.

6_Proposta de Recomendação, pela Suspensão da Instalação do Centro de Pernoita na Antiga Escola EB1 de Lordelo, apresentada pela bancada do CHEGA.

Deliberação: Rejeitada com 16 votos contra (7 PSD; 5 PS; 1 L; 1 CDU; 1 IL; 1 CDS), e 2 votos a favor (1 FA; 1 CH)

7_Proposta de Recomendação Limpeza de arruamentos, passeios e zonas ajardinadas, apresentada pela bancada Fazer à Porto.

Deliberação: Aprovada com 9 votos a favor (5 PS; 1 CH; 1 FA; 1 CDU; 1 L) e 9 abstenções (7 PSD; 1 IL; 1 CDS)

8_Proposta de Recomendação pela Suspensão da Deslocalização da Sala de Consumo Vigiado para o Aleixo e em Defesa dos Moradores de Lordelo do Ouro e Massarelos, apresentada pela bancada do CHEGA.

Deliberação: Recusada com 16 votos contra (7 PSD; 1 IL; 5 PS; 1 L; 1 CDU; 1 CDS) e 2 votos a favor (1 CH; 1 FA)

9_Proposta de Recomendação Pela conclusão e correção das obras de reabilitação no Bairro do Bom Sucesso, apresentada pela bancada da CDU.

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER

Deliberação: Aprovada com 9 votos a favor (5 PS; 1 L; 1 CH; 1 CDU; 1 FA) e 9 abstenções (7 PSD; 1 IL; 1 CDS).

10_Proposta de Recomendação Pela reabertura do Caminho de Sobreiras, apresentada pela bancada da CDU.

Deliberação: Recusada com 9 votos contra (7 PSD; 1 IL; 1 CDS), 1 abstenção (1 PS) e 8 votos a favor (4 PS; 1 L; 1 CH; 1 CDU; 1 FA)

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 29. do Regimento

O Presidente da Assembleia de Freguesia em exercício, Francisco Tártaro, informa que Teresa Osswald (PSD) e Nuno Pinto (PSD) se ausentaram da sessão, não regressando Teresa Osswald à mesma.

Ponto 1 - Aprovação e Votação da ata da assembleia de freguesia de 11 de março de 2026

Deliberação: Aprovada com 12 votos.

Ponto 2 - Aprovação e Votação da ata da assembleia de freguesia de 29 de abril de 2026

Deliberação: Aprovada com 15 votos.

Ponto 3 - Apreciação e votação do Regulamento de Voluntariado

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, considerou que a Bolsa de Voluntariado é uma ferramenta necessária e útil para responder às necessidades existentes na freguesia. Informou que o documento apresentado resulta de um trabalho desenvolvido ao longo de seis meses, com contributos das várias bancadas, às quais deixou o repto para continuarem a participar. Informou ainda que será criado um grupo de trabalho de voluntariado, envolvendo o Executivo, os líderes de bancada ou quem estes indiquem e as associações da freguesia, com o objetivo de fazer uma auscultação mais alargada sobre as necessidades existentes e definir formas de intervenção. Destacou áreas como o apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, as associações, os jovens, os idosos e as pessoas mais vulneráveis, bem como o combate ao isolamento e a alguns estigmas, procurando contribuir para uma freguesia mais solidária.

Olga Cardoso, CDU, questiona o mérito e necessidade desta regulamentação em Assembleia de

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

Freguesia.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, esclarece que esta regulamentação é necessária uma vez que é um regulamento com efeitos externos, tem de existir, ser aprovada em Executivo e ser submetida a apreciação e votação na Assembleia de Freguesia.

Paula Roseira, PS, informou que o PS votará favoravelmente à Bolsa de Voluntariado, considerando-a um instrumento de participação cívica, solidariedade e reforço da coesão social. Alertou, contudo, que o voluntariado não deve substituir trabalhadores nem ser utilizado para suprir necessidades decorrentes da falta de funcionários. Salientou ainda a responsabilidade política da Junta de Freguesia pela implementação do projeto, defendendo que esta deverá ser assegurada por pessoas com competências adequadas e em articulação com as instituições da freguesia, de forma a responder às necessidades da comunidade. Considerou, por fim, que o sucesso da Bolsa dependerá sobretudo da forma como for concretizada, com transparência e respeito pelo verdadeiro espírito do voluntariado.

António Valverde, L, partilha da opinião da Deputada Paula Roseira, considerando que este será o ponto-chave do regulamento. Refere que, acreditando na idoneidade e no sentido democrático deste Executivo, já demonstrados nas comissões do Orçamento Colaborativo e do Fundo de Apoio ao Associativismo, acredita que a execução e organização da Bolsa serão autónomas em relação à Junta. Informa que votarão favoravelmente.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, informa que o projeto está a ser desenvolvido em articulação com a Rede de Voluntariado da Cidade, uma divisão da CMP dedicada a esta área. Refere que o regulamento demorou algum tempo a ser concluído, uma vez que esteve cerca de dois meses no Gabinete Jurídico da Junta, para garantir que estavam acauteladas todas as questões, nomeadamente os critérios de aceitação e de segurança, incluindo a apresentação de certificado de registo criminal. Salienta que se pretende que o projeto tenha um bom início, decorra da melhor forma e conte com o contributo de todos os presentes. Por fim, manifesta a intenção de que a Bolsa de Voluntariado tenha continuidade e se afirme como um projeto-âncora da freguesia.

Deliberação: Aprovado por unanimidade com 17 votos.

Ponto 4 - Aprovação e votação do Relatório Final do júri do Orçamento Colaborativo 2026

Paula Roseira, PS, informou que o PS votará favoravelmente relativamente ao Orçamento Colaborativo, como ao Fundo de Apoio ao Associativismo, considerando que ambos os programas constituem instrumentos importantes de participação cívica e de apoio ao movimento associativo da freguesia. Salientou, contudo, que a limitação das dotações financeiras impede o apoio a um maior número de candidaturas ou o financiamento integral de algumas das iniciativas apresentadas. Apelou, por isso, à CMP para que reforce as verbas destinadas aos dois programas, de forma a permitir apoiar mais projetos e potenciar o trabalho desenvolvido com cidadãos, associações e coletividades em benefício da comunidade.

Olga Cardoso, CDU, deixa uma nota relativamente à menção ao Centro Histórico que consta inicialmente no relatório, solicitando a respetiva correção, o que é confirmado pelo Sr. Presidente. Refere que contam com a imparcialidade do júri e elogia a rapidez com que o processo foi conduzido, comparativamente com outras Juntas. Informa que votarão

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER

favoravelmente.

Deliberação: Aprovado por unanimidade com 17 votos.

Ponto 5 - Aprovação e votação do Relatório Final do júri do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2026

Patrícia Fonseca, Vogal do Júri do FAAP 2026, passa a ler comunicado em nome da Presidente do Júri, no qual é destacada a elevada participação das associações e coletividades no processo de candidatura, bem como a qualidade e diversidade dos projetos apresentados. É referido que a avaliação das candidaturas teve em consideração, para além dos critérios regulamentares, as necessidades sociais da União de Freguesias, o impacto local dos projetos, a capacidade de dinamização do território, a resposta a necessidades ainda pouco cobertas, o reforço de áreas prioritárias e a dimensão financeira das propostas. É ainda salientado que os projetos aprovados constituem um importante contributo para a inclusão, participação comunitária, dinamização dos espaços e fortalecimento do tecido associativo local, sendo manifestada a expectativa de acompanhar a sua concretização e o impacto na comunidade ao longo dos próximos 12 meses. Por fim, é reiterada a disponibilidade para prestar os esclarecimentos necessários relativamente ao processo de avaliação e ao Relatório Final.

Deliberação: Aprovado por unanimidade com 17 votos.

Ponto 6 - Apreciação e votação das Modificações Objetivas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados em 2015;

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, deu nota de que o presente ponto se prende com o reforço das transferências da Câmara Municipal do Porto para as Juntas de Freguesia, tendo sido aumentada a percentagem de 3% para 6%, a transferir no corrente ano. Informou ainda que as transferências da Autarquia, correspondentes aos 12 meses do corrente ano, totalizam 585.808,00 €.

Deliberação: Aprovado por unanimidade com 17 votos.

Ponto 7 – Apreciação e Votação da 1ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão Orçamental) para inclusão de Saldo Gerência

Sara Montenegro, Tesoureira da Junta, apresentou a proposta de incorporação do saldo de gerência do exercício de 2025, no valor de 735.590,59 €, referindo que a mesma decorre das normas legais aplicáveis e implica a correspondente alteração modificativa do orçamento em vigor. Informou que, com a incorporação do referido saldo, a dotação global do orçamento para 2026 passa de 1.720.799,47 € para 2.456.390,06 €. Salientou que a utilização do saldo disponível assenta numa estratégia de gestão responsável, orientada para o investimento e para o reforço

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

da capacidade de intervenção da Freguesia. Destacou, em particular, a preservação e conservação do património e dos equipamentos autárquicos, a melhoria das condições de serviço aos fregueses, a intervenção de cariz social e a aposta na transição energética e na sustentabilidade, nomeadamente através da aquisição de viaturas elétricas. Referiu ainda que a incorporação do saldo permitirá assegurar o normal funcionamento dos serviços, o cumprimento dos compromissos assumidos e uma maior capacidade de resposta às necessidades presentes e futuras da comunidade. Sublinhou que o saldo de gerência resulta de uma gestão pautada pelo rigor, prudência e responsabilidade financeira, permitindo reforçar o apoio às instituições, a intervenção social, a valorização dos equipamentos públicos e as iniciativas de proximidade, sempre no respeito pelos princípios da legalidade, transparência, responsabilidade financeira e prossecução do interesse público. Concluiu salientando que a proposta, para além da sua dimensão contabilística, pretende dotar a Freguesia dos meios necessários para continuar a responder às necessidades da população de Lordelo do Ouro e Massarelos. Por fim, aproveitou a ocasião para apresentar o novo contabilista da Junta.

António Felizes, Técnico Oficial de Contas, sobre a 1.ª Alteração Orçamental, informa que se trata de uma obrigação legal. Refere que, com saldos tão elevados como os que se verificam neste caso, grande parte da sua aplicação é canalizada para despesas de capital e investimento, mais do que propriamente para despesa corrente. Relativamente à parte remanescente, conforme já referido, foi utilizada para acertar algumas questões técnicas. Dá como exemplo o Orçamento Colaborativo, que estava todo inscrito na rubrica 0602, que é uma rubrica residual, quando, na realidade, a maior parte deste orçamento é destinada às coletividades. Refere ainda que a maior parte da verba é destinado a despesas de capital, nomeadamente no cemitério, nos edifícios municipais e na aquisição de viaturas, sendo, basicamente, estes os principais destinos.

José Barradas, PS, solicita alguns esclarecimentos a dúvidas. Grande parte do valor que transitou será para aquisição de viaturas e cemitério. Relativamente às viaturas elétricas, quantas viaturas elétricas estão a pensar adquirir; onde vão ser alocadas; onde serão carregadas e o que acontece às viaturas atuais. No que toca ao cemitério, qual o valor a investir e quais as obras e melhorias a efetuar no cemitério. Uma vez que o valor é substancialmente alto.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, informou que está prevista a aquisição de duas viaturas elétricas de 9 lugares, com recurso ao Fundo Ambiental. As viaturas destinam-se principalmente ao transporte de pessoas, podendo também ser utilizadas para transporte de materiais. O carregamento será feito no cemitério, onde já existe um posto, podendo ser instalado um segundo. Informou também que irão avançar as obras de requalificação do edifício de Lordelo, na sequência de um projeto que já estava em curso pelo anterior Executivo. Deu ainda conhecimento da atribuição de uma verba adicional de 258.000,00 € pela Câmara Municipal do Porto, a aplicar ainda este ano. A Junta terá de apresentar as propostas até 17 de julho, estando prevista a apresentação de vários projetos para aplicação desta verba na freguesia. Relativamente ao cemitério, referiu que o orçamento existente terá de ser atualizado, uma vez que os valores, entretanto sofreram alterações. A intervenção prevê, sobretudo, a construção de ossários e columbários, com um custo estimado de cerca de 200.000,00 €.

Deliberação: Aprovado por unanimidade com 17 votos.

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER

Ponto 8 – Apreciação da Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade deste e da situação financeira da freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da lei 75/2013 de 12 setembro, relativa aos meses de abril, maio e junho de 2026

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, deu conta da atividade desenvolvida pelo Executivo, salientando que, apesar das condicionantes provocadas pelo Inverno rigoroso, foram retomadas e concretizadas, durante a Primavera e início do Verão, diversas iniciativas nas áreas social, cultural e comunitária, designadamente com escolas e população sénior, bem como a participação em iniciativas da CMP e o relacionamento com diversas entidades institucionais e de reconhecido prestígio. Destacou a aposta numa freguesia dinâmica e participativa, através do reforço dos contactos institucionais e da articulação com a Polícia e Polícia Municipal, entidades culturais, associações de moradores e de estudantes, escolas, professores e associações de pais, bem como com as diferentes forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia, sublinhando a importância do diálogo, da proximidade e da cooperação. Na área cultural, salientou o trabalho desenvolvido nos últimos meses para a realização das iniciativas previstas, com particular destaque para o desfile das Rusgas, para o qual reforçou o convite à participação dos membros da Assembleia, reconhecendo o empenho de todos os envolvidos. Destacou igualmente o sucesso das festividades de São João e do Air Invictus, enquanto eventos de dimensão relevante para a freguesia e com capacidade de atrair visitantes. Sublinhou, contudo, a importância de assegurar que estas iniciativas envolvam igualmente a comunidade local, promovendo os talentos, artistas e tradições da freguesia e reforçando o sentimento de união, participação e entreajuda. Por fim, reafirmou a disponibilidade do Executivo para manter abertas as vias de diálogo e continuar a trabalhar com todas as forças políticas e entidades da freguesia, com vista à concretização de projetos em prol da comunidade. Considerou que a partilha de ideias e projetos deverá traduzir-se num reforço do trabalho conjunto, salientando que o direito de oposição não impede a cooperação institucional e que o objetivo comum deverá ser o bem da freguesia.

Joana Sousa, IL, felicitou o Sr. Presidente e o Executivo pelo trabalho desenvolvido nos últimos meses, destacando a presença da Junta na comunidade, a proximidade com os fregueses, o apoio às associações e a promoção de iniciativas culturais, sociais e educativas. Salientou a importância de manter esta proximidade, defendendo também uma maior articulação entre a Junta, as associações, escolas, instituições, empresas e cidadãos, através do reforço de parcerias e da mobilização dos recursos existentes na freguesia. Destacou ainda a importância da qualidade dos serviços prestados diariamente à população, considerando que existe margem para simplificar procedimentos, reduzir tempos de resposta e melhorar o recurso às ferramentas digitais. Sugeriu que os próximos relatórios possam apresentar alguns indicadores que permitam comparar a evolução dos serviços e perceber se as respostas estão a ser mais rápidas e eficazes. Concluiu referindo que o desafio para os próximos anos será manter a proximidade que caracteriza a Junta, mas procurando também melhorar os serviços, tornar as respostas mais céleres e reforçar a capacidade de trabalhar em conjunto com os diferentes parceiros da freguesia.

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER EDIPRINTER

Nada mais havendo a tratar, e tendo sido atribuído, por unanimidade, um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta da Ata, o Presidente da Assembleia de Freguesia, em exercício, Francisco Tártaro, encerrou os trabalhos da Sessão.

Presidente da Mesa, em exercício – Francisco Tártaro

1º secretário – Luís Filipe Pereira

2º secretário – José Barradas

MOD. EXCLUSIVO DA EDIPRINTER

EDIPRINTER